

MUSEU DE TOPOGRAFIA PROF. LAUREANO IBRAHIM CHAFFE
DEPARTAMENTO DE GEODÉSIA – UFRGS

OS 515 ANOS DO TRATADO DE
TORDESILHAS

Autor: Iran Carlos Stalliviere Corrêa
Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe

Junho de 2009

O **Tratado de Tordesilhas** foi o acordo assinado entre Portugal e o reino de Aragão-Castela (*parte da atual Espanha*) em **7 de Junho de 1494**, de forma a definir os territórios descobertos e a descobrir, dividindo o mundo em duas partes a partir de um meridiano a 370 léguas a Oeste de Cabo Verde.

Para que o referido tratado fosse negociado e assinado, o Príncipe Perfeito, **D. João II**, designou como embaixador, à sua prima de Castela (*filha de uma infanta portuguesa*), a D. Rui de Sousa.

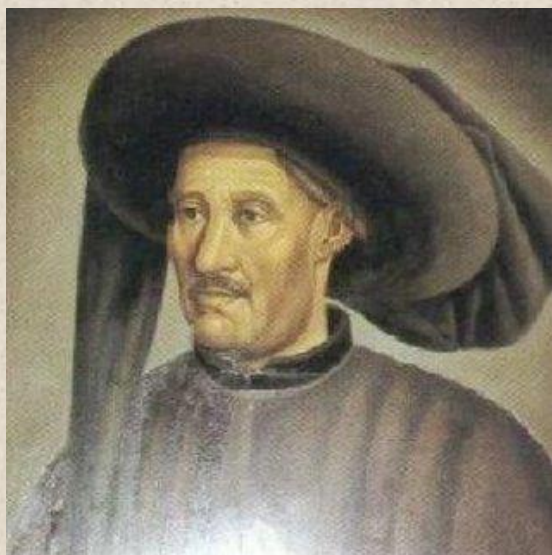


Primeira página do Tratado (in:

http://bnd.bn.pt/ed/viagens/brasil/obras/tratado_tordesilhas/mss5_n25/01_folio01r/contemporanea.html - consulta Janeiro 2009)

Nessa época subsistia ainda a tradição medieval da supremacia política da Santa Sé, que reconhecia a Roma o direito de dispor das terras e dos povos: Adriano IV, papa inglês (1154-1159), havia dado a Irlanda ao rei da Inglaterra e Sisto IV deu as Canárias ao rei da Espanha (1471-1484). Estas ações baseavam-se, em parte, sobre o fato de o **Edito de Constantino** ter conferido ao papa Silvestre a soberania sobre todas as ilhas do globo; isso pelo motivo de que as terras descobertas e a serem descobertas eram todas, supostamente ilhas (*Oliveira Lima - Descobrimento do Brasil, vol. III do Livro do Centenário, Rio, 1900*).

O início da expansão marítima portuguesa, sob o comando do **Infante D. Henrique**, levou as caravelas portuguesas pelo oceano Atlântico, rumo ao Sul, contornando a costa africana. Com a descoberta da Costa da Mina, iniciou-se o comércio de marfim, ouro e escravos, pondo a Espanha em alerta, iniciando-se uma série de escaramuças no mar, envolvendo embarcações de ambas as Coroas.



Infante D. Henrique – “O Navegador”

Portugal, buscando assim proteger o seu investimento, negociou com Castela o **Tratado de Alcáçovas** (1479), obtendo, posteriormente, do Papa Inocêncio VII, em 1481, a bula ***Æterni regis***, que dividia as terras descobertas e a descobrir por um paralelo na altura das ilhas Canárias, dividindo o mundo em dois hemisférios: a Norte, para a Coroa de Castela; e a Sul, para a Coroa de Portugal. Somando-se a duas outras bulas anteriores de 1452 e 1454, de Nicolau V e de Sisto IV, Portugal e a Ordem de Cristo haviam recebido todas as terras conquistadas e a conquistar ao sul do cabo Bojador e da ilha Grande Canária.



Papa Inocência VII

Preservavam-se, desse modo, os interesses de ambas as Coroas, definindo-se, a partir de então, os dois ciclos da expansão: o chamado **ciclo oriental**, pelo qual a Coroa portuguesa garantia o seu progresso para o Sul e o Oriente, contornando a costa africana (o chamado "*périplo africano*"); e o que se denominou posteriormente de **ciclo ocidental**, pelo qual a Espanha se aventurou no oceano Atlântico, para Oeste. Como resultado deste esforço espanhol, Cristóvão Colombo alcançou terras americanas em 1492.



Cristóvão Colombo

Ciente da descoberta de Colombo, mediante as coordenadas geográficas fornecidas pelo navegador, os cosmógrafos portugueses argumentaram que a descoberta, efetivamente se encontrava em terras portuguesas.



Assinatura do Tratado de Tordesilhas

Desse modo, a diplomacia espanhola apressou-se a obter junto ao Papa Alexandre VI, espanhol, uma nova partição de terras. Não podia deixar o Papa de conceder aos Reis Católicos os mesmos direitos outorgados aos reis portugueses! Assim, em 3 de maio de 1493, a bula ***Inter cætera*** estabelecia uma nova linha de marcação, um meridiano que separaria as terras de Portugal e de Castela. O meridiano passava a 100 léguas a oeste dos Açores e de Cabo Verde. As novas terras descobertas, situadas a Oeste do meridiano a 100 léguas das ilhas do Cabo Verde, pertenceriam à Espanha. As terras a leste pertenceriam a Portugal. A bula excluía todas as terras conhecidas já sob controle de um estado cristão.



Papa Alexandre VI



Linha da Bula Papal *Inter cætera* proposta pelo Papa Alexandre VI (in: http://bnd.bn.pt/ed/viagens/brasil/iconografia/antecedentes/tratado_tordesilhas/01.html - consulta Janeiro 2009)

Os termos da bula não agradaram ao rei **D. João II** de Portugal, julgando já ter direitos adquiridos que a Bula vinha ferir. E a bula criava confusão, pois um meridiano vinha anular o que um paralelo tinha estabelecido. A execução da Bula, na verdade, era impossibilitada por sua imprecisão e pela imperfeição dos meios científicos da época para a fixação do meridiano escolhido. Assim sendo, **D. João II** abriu negociações diretas com os reis católicos **Fernando II** de Aragão e **Isabel I** de Castela para mover a linha mais para Oeste, argumentando que o meridiano em questão se estendia sob todo o globo, limitando assim as pretensões espanholas na Ásia. D. João II propôs, por uma missão diplomática aos reis católicos, estabelecer um paralelo das Ilhas Canárias como substituto ao meridiano papal. Os espanhóis recusaram a proposta mas se prestaram a discutir o caso. Reuniram-se então em Tordesilhas.



Os reis Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela



Linha do Tratado de Tordesilhas com pormenores iconográficos



Dom João II – Rei de Portugal

Dom João II, mais uma vez, não se dobrou. Continuou sua estratégia de expressar o descontentamento de Portugal. Preparou-se ostensivamente para uma possível guerra e se aproximou da França, em disputa com a Espanha. De tanto pressionar, a Espanha aceitou negociações diretas, retomadas em 1494, quando Dom João II fez sua reivindicação: concordava com a substituição da linha horizontal pela vertical, desde que esta se situasse a 370 léguas do Arquipélago de Cabo Verde. A justificativa: devido à impossibilidade de contornar a África em direção das Índias fazendo navegação costeira, era necessário um espaço de manobra para as naus. A Espanha acabou assinando o tratado graças a algumas compensações dadas por Portugal e ao relatório de **Cristóvão Colombo**, que voltava de sua segunda viagem asseverando que dificilmente haveria novas terras no espaço entre 100 e 370 léguas. Assim, o tratado foi assinado na cidade espanhola de Tordesilhas, em 7 de junho. É possível que ainda haja terras por descobrir do lado espanhol da divisão, mas por enquanto Tordesilhas joga a favor de Portugal.

Mas o fato é que o descobrimento feito por **Pedro Álvares Cabral** fornece mais uma prova de que o navegador genovês está errado: as ilhas que desbravou, sob o patrocínio da rainha Isabel de Castela, não só não têm nada a ver com as Índias como parecem ser parte de todo um novo mundo, desconhecido pelos europeus. Cumpre reconhecer os méritos de Colombo, o primeiro a sair a mar aberto nove anos atrás e, mais impressionante, voltar em segurança. Valente, teimoso e competente como poucos, ele já repetiu mais duas vezes a viagem e

iniciou um processo de assentamentos no território. Persiste, no entanto, na obsessão de comprovar que as ilhas, em muito semelhantes à Terra de Santa Cruz, constituem alguma parte do Oriente descrito há dois séculos pelo aventureiro veneziano Marco Pólo.



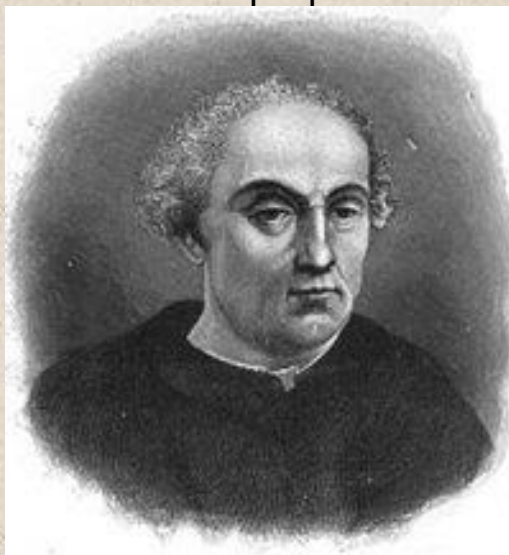
Pedro Álvares Cabral

A situação delicada vivida no momento por Colombo tem menos a ver com seu engano e mais com as confusões ocorridas nos novos territórios abarcados pela bandeira espanhola. Há menos de um ano, o pioneiro desbravador do Mar Oceano, acompanhado pelos dois irmãos, foi posto a ferros e levado preso para Sevilha. A rainha Isabel já mandou soltá-lo, mas Colombo não conseguiu recuperar o posto de governador e vice-rei das Índias – sim, os espanhóis insistem na designação –, e é difícil que isso venha a acontecer. Sua administração foi um desastre. Esperando riquezas prodigiosas, os espanhóis levados para iniciar o assentamento enfrentaram doenças, fome e revoltas dos nativos, impiedosamente massacrados. Afundaram na desordem e na rebelião. Quando o interventor **Francisco de Bobadilha**, enviado para pôr ordem no caos, chegou a São Domingos, pendiam da forca sete corpos de espanhóis amotinados contra Colombo. O descobridor do novo mundo, preso por Bobadilha, saiu de lá debaixo de insultos. "Almirante dos mosquitos" foi uma das ofensas mais brandas que ouviu.

Parte do tempo que deveria dedicar a controlar os temperamentais espanhóis foi dedicada pelo almirante a tentar comprovar a absurda teoria de que a maior das ilhas – chamada de **Colba** – da região é "o começo das Índias". Depois de quase circundá-la completamente, ele

fez todos a bordo dos três navios jurarem, perante um notário, que a ilha não era ilha, sob pena de multar em 10.000 maravedis e mandar cortar a língua de quem dissesse o contrário.

A obsessão de Colombo é compreensível. Durante boa parte de sua vida, ele alimentou o ambiciosíssimo projeto de chegar às Índias navegando da Europa na direção oeste. Ele se baseava nos relatos dos antigos e nas cartas do respeitado cosmógrafo florentino **Paolo Toscanelli**, para quem a distância marítima entre a Europa e o Extremo Oriente era relativamente pequena.



Cosmógrafo Paolo Toscanelli

Quem poderia supor que, no caminho, existia todo esse novo mundo? Apesar da lógica aparente, não convenceu os portugueses, entre os quais aprendeu as artes da navegação, além de ler e escrever. Tentou vender o projeto aos reis da Inglaterra e da França, sem sucesso. A muito custo convenceu finalmente a rainha Isabel, que se sentia pressionada pelas conquistas marítimas dos parentes e rivais portugueses. No dia 3 de agosto de 1492, ele partiu, com duas caravelas, uma nau, autoconfiança inabalável e a sorte, que sempre o bafejou, dos ventos a favor. Passou dois meses no mar – um recorde nunca antes alcançado. Em 12 de outubro, às 2 horas da madrugada, um vigia gritou "**Tierra!**" e viram a primeira ilha, batizada de **São Salvador**.

Colombo voltou dessa primeira viagem coberto de glórias, que nunca mais se repetiram. Com pouco retorno financeiro até agora, as ilhas deixaram de ser novidade. O almirante, porém, não desiste. Na última e desastrosa viagem, pisou em um trecho de litoral onde nem ele, com toda a fé de ter achado um caminho para as Índias, pôde deixar de ver traços de um continente. Mas, se não são as Índias, que pedaço de terra é esse? O Paraíso Terrestre, concluiu o pio navegante.

Como se sabe, nenhum ser vivo pode visitá-lo. Ao descrever seu encontro com o Éden, ficou tão exaltado que despertou dúvidas quanto a seu estado mental. Atualmente, privado do prestígio de outrora, busca, com a costumeira tenacidade, formar a frota da quarta viagem. Para onde? Para um grupo de ilhas desconhecidas nos confins do oceano, suspira a corte espanhola. Para as Índias, teima, impávido, o almirante do Mar Oceano.

Os termos do tratado

Diz Rodrigo Otávio, em 1930, que o Tratado teria «**um efeito antes moral do que prático**». O meridiano era fixado não mais a 100, mas a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde, mas persistiam as dificuldades de execução desta demarcação. Os cosmógrafos divergiam sobre a dimensão da Terra, sobre os pontos de partida para a contagem das milhas, sobre a própria extensão das léguas, que diferia entre Espanha e Portugal! Já se disse que os espanhóis cederam porque esperavam, por meio de sua política de casamentos, estabelecer algum dia a união ibérica, incorporando Portugal... O que é mais provável é que os negociadores portugueses, na expressão de Bartolomé de las Casas, tenham tido «**mais perícia e mais experiência**» do que os espanhóis.

A divisão das terras descobertas e a descobrir era estabelecida a partir de um semi-meridiano estabelecido a 370 léguas (1.770 km) a oeste das ilhas do Cabo Verde, que se situaria hoje a 46° 37' a oeste do Meridiano de Greenwich.

Os termos do tratado foram ratificados pela Espanha a 2 de Julho e por Portugal em 5 de Setembro do mesmo ano. Esta linha de **Tordesilhas**, apesar de nunca ter existido, serviu ao menos para que Portugal tomasse pé no continente americano, em vésperas de ser «**descoberto**», ou ocupado, por Pedro Álvares Cabral. E, de imediato, o tratado garantia a Portugal o domínio das águas do Atlântico Sul, essencial para a manobra náutica então conhecida como volta do mar, empregada para evitar as correntes marítimas que empurravam para o Norte as embarcações que navegassem junto à costa sudoeste africana, e permitindo a ultrapassagem do cabo da Boa Esperança.



Linha demarcatória do Tratado de Tordesilhas

E o Tratado nunca foi esquecido, pois figurou nas negociações da Junta de Badajoz em 1524, quando se falou sobre as Ilhas Molucas e as Filipinas, situadas na órbita portuguesa, consideradas espanholas em troca do Brasil (*Luciano Pereira da Silva, «História da Colonização Portuguesa no Brasil», t. I, Porto, 1922*).

O **Tratado de Tordesilhas** permaneceu válido até 1750, quando os portugueses começaram a avançar (*descumprindo o Tratado de Tordesilhas*) para terras a oeste, vigorando a partir de então o princípio que a terra pertencia a quem a ocupasse.

Consequências do tratado

Em princípio, o tratado resolvia os conflitos que seguiram à descoberta do Novo Mundo por Cristóvão Colombo. Embora contrariasse a bula de Alexandre VI, foi aprovado pelo **Papa Júlio II** em uma nova bula, em 1506.



Papa Julio II

Muito pouco se sabia das novas terras, que passaram a ser exploradas pela Espanha. Nos anos que se seguiram Portugal prosseguiu no seu projeto de alcançar a Índia, o que foi finalmente alcançado pela frota de Vasco da Gama, na sua primeira viagem de 1497-1499.

Com a expedição de **Pedro Álvares Cabral** à Índia, a costa do Brasil foi descoberta (22 de abril de 1500) pelos europeus, o que séculos mais tarde viria a abrir uma polêmica historiográfica acerca do "**acaso**" ou da "**intencionalidade**" da descoberta. Observe-se que uma das testemunhas que assinaram o Tratado de Tordesilhas, por Portugal, foi o famoso **Duarte Pacheco Pereira**, um dos nomes ligados a um suposto descobrimento do Brasil pré-Cabralino.



Dom Duarte Pacheco Pereira

Por outro lado, com o retorno financeiro da exploração americana (*o ouro espanhol e o pau-brasil português*), outras potências marítimas europeias (*França, Inglaterra, Países Baixos*) passaram a questionar a exclusividade da partilha do mundo entre as nações ibéricas. Esse questionamento foi muito apropriadamente expresso por Francisco I de França, que ironicamente pediu para ver a cláusula no testamento de Adão que legitimava essa divisão de terras. Cedo apareceram no Brasil aventureiros e especuladores, franceses principalmente, que promoviam o comércio clandestino. Floresceram o corso, a pirataria e o contrabando, pois os armadores de Honfleur, Ruão, La Rochelle, buscavam pau-brasil e capturavam galeões. O mais célebre dos chefes foi um armador de Dieppe, Jean Anjo ou **Angot**. Adaptaram-se facilmente aos índios e foram seus aliados contra os portugueses. Era a luta entre o monopólio comercial e a liberdade dos mares...

Antes que o mercantilismo e o absolutismo se fortalecessem na Europa. Nesse contexto, eclodiu a Reforma Protestante, esvaziando a autoridade do Papa enquanto mediador das questões de relações internacionais.

Concluída a volta ao mundo iniciada por **Fernão de Magalhães** (1519-1521), uma nova disputa se estabeleceu, envolvendo a demarcação do meridiano pelo outro lado do planeta e a posse das ilhas Molucas (*atual Indonésia*), importantes produtoras de especiarias. Para solucionar esta nova disputa, celebrou-se o tratado de Saragoça (22 de abril de 1529).



Fernão de Magalhães

Posteriormente, durante a fase da Dinastia Filipina (*União Ibérica*), os portugueses foram se expandindo de tal forma na América do Sul que, em 1680, visando o comércio com a bacia do Prata e a região andina, fundaram uma colônia na margem esquerda do rio da Prata, em frente à Buenos Aires. A fixação portuguesa em território oficialmente espanhol gerou um longo período de conflitos armados, conduzindo à negociação do Tratado de Madrid (1750).

A descoberta da América em 1492 e a do Brasil em 1500 inserem-se no ciclo das navegações em busca do melhor caminho para as Índias. Eram os tempos modernos que se iniciavam com um movimento geral de renovação, o Renascimento, caracterizado pelo espírito mais aberto e crítico do humanismo, o maior conhecimento da antiguidade clássica, grande surto das artes e o desenvolvimento das ciências, inclusive as que se relacionavam com a arte de navegar. A carência dos metais preciosos na Europa, a sede de especiarias e os mitos então correntes sobre as riquezas do Oriente impulsionaram

portugueses e espanhóis a procurar novas terras, avançando sobre mares desconhecidos. Os primeiros o fizeram sistematicamente, contornando primeiro toda a África; os segundos, de maneira quase surpreensiva, ante o êxito da viagem de Colombo.

Portugal e Espanha, empenhados, assim, em atividades exploratórias, comerciais e colonizadoras cada vez mais arrojadas, cedo verificaram serem conflitantes seus interesses. Procuraram, portanto, garantir terras e ilhas descobertas ou por descobrir, recorrendo ao arbítrio da Cristandade a quem se reconhecia, então, não só a supremacia espiritual mas também um direito temporal universal que incluía a livre disposição de territórios não sujeitos a príncipes cristãos.



J. Van Kessel, Alegoria brasileira, Museu F. Mayer, Cidade do México

Celebrou-se, então, entre os dois monarcas, em **Tordesilhas**, o Tratado de 7 de junho de 1494, que estipulou que a linha estabelecida pelo Sumo Pontífice se suporia traçada a 370 léguas para o poente das referidas ilhas, ampliando-se, assim, a favor de Portugal, as 100 léguas antes consagradas. Apesar, porém, de prevista no Tratado, nunca se realizou a demarcação das 370 léguas, obrigação prorrogada e definitivamente esquecida pelas duas Coroas. O meridiano de Tordesilhas, apesar de nunca demarcado e de ser de impossível localização no interior do país, passaria ao norte em **Belém do Pará** e no sul em **Laguna, Santa Catarina**.

Apesar das compreensíveis dificuldades, conseguiram os luso-brasileiros fixar-se nas costas do Brasil desde o Oiapoque, ao norte, à baía de Paranaguá, em Santa Catarina, ao sul.

O embaixador Synésio Sampaio Góes, em seu livro *Navegantes, Bandeirantes, Diplomatas (FUNAG, IPRI, Brasília, 1991, pp. 9 e 10)* sintetiza, com felicidade, a penetração dos luso-brasileiros muito além da linha das Tordesilhas:

No fim do séc. XVI surgiu, entretanto, um fenômeno histórico, diverso: um conjunto denso de ações de penetração territorial, com origem num único local, objetivo predominante de caça ao índio e que desrespeitava com freqüência a demarcação de Tordesilhas. **Bandeirismo** chama-se esse movimento, que cria na cidade de São Paulo, aproximadamente entre 1580 e 1730, uma sociedade de características especiais (...)



Os Bandeirantes

De outro ponto do território, Belém fundada em 1616, subindo o rio Amazonas e seus afluentes, outros homens, mestiços de índios em sua maioria, como em São Paulo, e com os mesmos objetivos econômicos, também foram se apossando de lugares que deveriam ser espanhóis pela partilha de 1494. **Pedro Teixeira**, em 1642, teria chegado a fundar uma povoação, Franciscana, em pleno equador atual; mas a fronteira acabou se fixando mais a leste na boca do rio Javari.

Na margem norte do Amazonas os luso-brasileiros foram subindo os rios Negro e Branco, até quase suas nascentes; na margem sul subiram os compridos rios Madeira, Purus e Juruá, até onde puderam. E, assim já nas primeiras décadas do séc. XVIII, tinham completado o

feito excepcional de ocupar os pontos estratégicos da imensa bacia amazônica.

Em 1718, bandeirantes de São Paulo descobriram ouro em Cuiabá. Para manter contato com essa área longínqua estabeleceu-se um sistema de transporte através de rios que é uma das originalidades da história do Brasil, as "monções". Eram comboios de canoas que, por mais de cento e cinquenta anos, ligaram São Paulo aos centros mineradores do oeste. Dessas minas, o movimento expansionista atravessou o então chamado "mato grosso do rio Jauru" (*que deu nome ao futuro estado*) e atingia as margens do Guaporé, onde novas minas foram descobertas em 1734: da bacia do Prata os bandeirantes paulistas passaram à do Amazonas. Em pouco tempo estabeleceu-se a ligação com Belém, pelo rio Madeira, também por comboios de canoas, as "monções do norte". Com elas, os dois movimentos de penetração se encontravam: era a ligação entre os estados do Brasil e do Maranhão que afinal se estabelecia (...)

De ambas as penetrações, a pé e depois em canoas a partir de São Paulo, sempre em canoas a partir de Belém, resultou o acontecimento fundamental do período colonial: a dilatação do território brasileiro muito além de Tordesilhas.

A **Terra de Santa Cruz** é nossa. Tudo graças ao saudoso rei **D. João II**, conhecido como "Príncipe Perfeito", que governou o país de 1481 até sua morte, há seis anos, em 1495, em circunstâncias misteriosas. Com uma visão geopolítica à frente de seu tempo e grande habilidade diplomática, foi ele quem bateu o pé, nas conversações com a Espanha, para estender, a nosso favor, a linha divisória que definiu as áreas de influência de portugueses e castelhanos no vasto mundo ainda em grande parte por descobrir – exatamente a 370 léguas a ocidente do Arquipélago de Cabo Verde. O **Tratado de Tordesilhas**, assinado em 1494, reza que as terras situadas a oeste da linha pertencem aos espanhóis e as que estão a leste são de Portugal. A terra descoberta pela expedição comandada por **Pedro Álvares Cabral** está nesse último caso. Não fosse a persistência de **dom João II**, o acordo teria sido assinado nos termos propostos pelos reis **Isabel e Fernando** – com o meridiano a apenas 100 léguas dos Açores ou de Cabo Verde – e neste momento teríamos de nosso apenas o mar. Negociado diretamente entre Portugal e Espanha, o Tratado de Tordesilhas é o responsável pela paz entre os dois países, que estava ameaçada desde que se tornou necessário dividir o mundo como uma laranja.

Durante toda a década de 80, a grande questão foi em que sentido deveria ser passada a faca. Se no horizontal, como queriam os portugueses, ou no vertical, reivindicação dos espanhóis. O **Tratado de Alcáçovas-Toledo**, assinado em 1479-80, refletia, de certa forma, o desejo de Portugal. Pelo acordo inicial, pertenceriam à Espanha todas as terras encontradas ao norte das Ilhas Canárias. Foi o primeiro tratado do gênero que regulamentava a posse de terras ainda não descobertas. A Portugal interessava basicamente garantir direitos sobre a parte sul do Mar Oceano, na presunção, que se revelou acertada, de que por ali se conseguiria a passagem para as Índias.

A abertura dessa rota de comércio tem sido a prioridade de Portugal desde os tempos do infante dom Henrique. Nos anos 80 estudavam-se duas possibilidades de chegar às Índias. Uma, pelo sul, contornando a África. A outra, navegando em direção ao poente, contornando o mundo.

Ao chegar ao **Cabo da Boa Esperança**, em 1488, o heróico **Bartolomeu Dias** convenceu dom João II de que a alternativa mais rápida era a primeira. No dia em que o navegador, em audiência com o rei, lhe explicou as vantagens dessa rota, desenhando o caminho numa carta náutica, estava no palácio outro grande marinheiro, o defensor mais ardoroso da teoria contrária: o genovês **Cristóvão Colombo**. A partir do momento em que dom João II se definiu pelo projeto de Bartolomeu Dias, Colombo abandonou Portugal. Foi para a Espanha, que financiou seu projeto. Em 1492, navegando na direção proposta por ele, descobriu as ilhas **Fernandina, Isabela, Juana e Hispaniola**. Contra todas as evidências, acreditava ter chegado ao rico Oriente, e disso convenceu os monarcas espanhóis, que passaram a empenhar seus consideráveis esforços em garantir todas as terras da banda ocidental do Mar Oceano.



Bartolomeu Dias

O descobrimento de **Colombo** provocou uma reviravolta na divisão do mundo que havia sido feita até então. Por um motivo simples: pelo **Tratado de Alcáçovas**, em vigor até aquele momento, as ilhas estavam em território português, já que se situavam ao sul das Canárias. Consciente disso, dom João II reivindicou a posse das terras. Os reis da Espanha partiram para o contra-ataque usando a arma que tinham: sua influência no Vaticano. O papa Alexandre VI, espanhol de nascimento, deve favores ao rei Fernando de Aragão. A pedido dele e de sua intrépida mulher, a rainha Isabel de Castela, a grande patrocinadora de Colombo, o papa emitiu dois documentos, as chamadas bulas **Inter-Coetera I** e **II**. Elas dividiam as áreas de influência, com um claro favorecimento a seus conterrâneos a partilha provocou o sarcástico comentário do rei Luís XII, da França: "*Em que artigo de seu testamento Adão repartiu a Terra entre portugueses e espanhóis?*" A segunda bula alexandrina estabelecia uma linha vertical a 100 léguas das Canárias como nova demarcação divisória do mundo.



Monumento em Belém do Pará que demarca a linha do tratado de Tordesilhas



Monumento em Laguna-SC que demarca a linha do tratado de Tordesilhas



Uma atração à parte na **Ilha do Cardoso** é visitar a réplica do marco do Tratado de Tordesilhas, no Pontal da Praia de Itacurussá, erguido no mesmo local aonde se encontrava o marco original, hoje parte do acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro. Segundo pesquisadores de Cananéia, o marco do Tratado de Tordesilhas - que representou a divisão das terras do Novo Mundo entre Portugal e Espanha, firmado em 1494 - foi colocado no Itacurussá por volta de 1501 e 1504 pela expedição de Américo Vespúcio e Gaspar de Lemos, quando lá estiveram para dar posse às terras portuguesas. Permaneceu na Ilha até 1841, quando o ministro do Império, o Barão de Capanema, o retirou do Pontal do Itacurussá e o levou para o Museu Imperial (RJ).

Fontes: http://www.brasilecola.com/historiab/tratado_de_tordesilhas.htm
http://pt.wikipedia.org/wiki/Tratado_de_Tordesilhas
http://www.infoescola.com/historia/tratado_de_tordesilhas/
http://www.colegiosãofrancisco.com.br/alfa/tratado_de_tordesilhas/tratado-de-tordesilhas-1.php
http://www.colegiomaededeus.com.br/professores/lucila/estudo_b9.htm
http://purl.pt/162/1/brasil/11_tratado_tordesilhas.html